

Expedições Democráticas

Como enfrentar a extrema direita: lições do Brasil

Talita Tanscheit e Léonie de Jonge

A extrema direita avançou em todo o mundo nas últimas décadas, tanto no âmbito eleitoral como por meio de uma crescente mobilização popular (Mudde 2019). Embora tenha sido dada muita atenção às causas e consequências dessa ascensão, sabe-se muito menos sobre como enfrentá-la de forma eficaz. Este relatório de políticas descreve as principais respostas estratégicas à extrema direita e apresenta lições do Brasil, um país onde as forças de extrema direita ascenderam rapidamente ao poder, mas foram posteriormente repelidas. O caso brasileiro destaca como os esforços coordenados e realizado por múltiplos atores podem conter o ímpeto da extrema direita e ajudar a salvar as instituições democráticas.

Responder à extrema direita: quem, o quê, quando e onde?

Ao analisar formas de enfrentar a extrema direita, é útil distinguir quatro dimensões principais: atores, estratégias, momento oportuno e contexto. Em outras palavras, quem faz o quê, quando e onde?

Atores

A literatura acadêmica identifica uma série de atores envolvidos na resposta à extrema direita. Entre eles, incluem-se instituições estatais, como as forças policiais e o Poder Judiciário (Ramalingam 2014); atores parlamentares, incluindo partidos políticos tradicionais e funcionários eleitos (Heinze 2022); e atores extraparlamentares, como organizações da sociedade civil e veículos de comunicação (de Jonge 2019).

Estratégias

Esses atores têm à sua disposição uma variedade de estratégias. Sob uma perspectiva teórica, podem ser identificadas três grandes abordagens: demarcação, confronto e acomodação (de Jonge 2021a).

→ A demarcação (Abgrenzung em alemão) envolve o isolamento da extrema direita, tratando-a como um pária político (Minkenberg 2013). Isto pode incluir a imposição do chamado cordão sanitário, uma recusa por parte dos partidos ou dos meios de comunicação tradicionais em cooperar ou dar espaço a atores de extrema direita. Fun-

damentalmente, demarcação significa isolar – não ignorar – a extrema direita.

- O confronto é uma forma mais ativa de oposição. Os atores políticos e institucionais podem adotar posturas de deslegitimação ou estigmatização, denunciando abertamente as narrativas da extrema direita e se distanciando de suas políticas. Da mesma forma, jornalistas podem trabalhar para expor contradições, afiliações extremistas ou as consequências nefastas das agendas da extrema direita.
- A acomodação, por sua vez, envolve a adoção parcial ou total de posições de extrema direita. A lógica do «se não consegue vencê-los, junte-se a eles» espera reconquistar os eleitores cooptando a retórica ou as políticas de extrema direita (Bale et al., 2010). Isto pode incluir imitar posicionamentos políticos, formar coalizões ou amplificar narrativas similares. Os meios de comunicação podem também reproduzir noções da extrema direita, normalizando assim o seu discurso e, em alguns casos, «removendo o estigma do extremismo» (Ellinas 2018).

Momento oportuno

A eficácia de tais estratégias depende muitas vezes do momento em que são aplicadas. Por exemplo, a demarcação é particularmente eficaz antes de a extrema direita conquistar uma influência importante. O caso da Bélgica oferece insights úteis nesse sentido (de Jonge 2011b). Em Flandres (o norte de língua holandesa), os partidos de extrema direita consolidaram uma forte presença, enquanto na Valônia (o sul de língua francesa) eles continuam sendo marginais. Essa diferença pode ser explicada, em parte, pela aplicação consistente de um cordão sanitário na Valônia por parte de atores da política e da mídia, o que excluiu sistematicamente as vozes da extrema direita das plataformas tradicionais. Quando essas medidas são aplicadas de forma precoce e abrangente, podem impedir que a extrema direita obtenha a visibilidade necessária para crescer. Quando isso não é conseguido, contudo, mesmo pequenas transgressões podem ter enormes efeitos (Art 2011; Heinze 2018).

Contexto

Por fim, o contexto importa. Não há uma fórmula universal para enfrentar a extrema direita; o que funciona para um ator num determinado contexto pode falhar em outro. Uma estratégia eficaz em âmbito local pode ter o efeito contrário em âmbito nacional, ou vice-versa. Da mesma forma, embora uma combinação de demarcação e acomodação possa ajudar os partidos de centro-direita a reconquistarem os eleitores de extrema direita a curto prazo (Van Spanje e De Graaf 2018), também pode, ao mesmo tempo, prejudicar os partidos de centro-esquerda ou corroer normas democráticas mais amplas a longo prazo. Além disso, pesquisas recentes sugerem que a adoção de posições de extrema direi-

ta raramente atinge o objetivo pretendido; muitas vezes, apenas legitima as narrativas da extrema direita e expande sua influência (Krause et al. 2023).

Com esta lente analítica em mente, vejamos agora o caso do Brasil, um contexto particularmente relevante dada a sua experiência recente sob um governo alinhado com a extrema direita. Democracia grande e diversificada, com instituições robustas embora contestadas, o Brasil oferece um caso valioso para testar e refinar insights extraídos principalmente de pesquisas europeias sobre as respostas à extrema direita.

O caso do Brasil

Jair Bolsonaro, militar reformado com uma longa – embora marginal – carreira na Câmara dos Deputados do Brasil, foi inicialmente visto como um outsider político com limitadas chances de sucesso nacional. Concorreu com uma coalizão não convencional de dois partidos minoritários de direita, o Partido Social Liberal (PSL) e o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Apesar de ter passado a maior parte da sua carreira nas periferias da política, Bolsonaro ganhou destaque nos anos que antecederam a eleição de 2018 como a figura mais visível da emergente extrema direita brasileira (Rocha 2021).

Sua eleição marcou uma ruptura no panorama político brasileiro pós-democratização. Durante mais de duas décadas, o poder havia alternado entre o Partido dos Trabalhadores (PT), de centro-esquerda, e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), de centro-direita. A vitória de Bolsonaro não só interrompeu esse padrão, como também substituiu a tradicional centro-direita por uma extrema direita em ascensão (Santos e Tanscheit 2019). Embora seu sucesso tenha surpreendido muita gente, sua campanha e sua Presidência mantiveram-se coerentes com as visões que havia tempo defendia, baseadas no conservadorismo moral, numa postura de linha dura em relação ao crime e em elogios abertos à antiga ditadura militar brasileira.

Após romper com o PSL durante sua Presidência, Bolsonaro filiou-se ao Partido Liberal (PL) no final de 2021. O PL tornou-se rapidamente o maior partido no Congresso Nacional do Brasil, refletindo tanto a influência pessoal de Bolsonaro como a crescente consolidação institucional da extrema direita.

Como a extrema direita agora detinha o Poder Executivo e contava com apoio parlamentar, a contenção passiva e a não intervenção já não eram viáveis. As respostas dos atores democráticos tinham de ser oportunas, coordenadas e assertivas. Em diferentes momentos, diferentes grupos foram mobilizados para defender as instituições e resistir aos rumos autoritários.

A experiência do Brasil sob Bolsonaro pode ser compreendida com base em três pontos de inflexão cruciais que mol-

daram tanto a ascensão como a reação contra o governo de extrema direita: a pandemia de COVID-19, as eleições de 2022 e os ataques de 8 de janeiro de 2023 em Brasília.

(i) A pandemia de COVID-19: da crise à coalizão

O primeiro grande teste surgiu com a pandemia de COVID-19. Bolsonaro tornou-se um dos mais proeminentes líderes globais associados ao negacionismo da pandemia. Desencorajou o uso de máscaras, promoveu aglomerações, endossou tratamentos sem qualquer comprovação científica e difundiu informações falsas. O custo humano foi catastrófico: o Brasil registou mais de 700.000 mortes relacionadas com a COVID-19, ficando apenas atrás dos Estados Unidos. Em resposta, o Congresso Nacional – particularmente o Senado – estabeleceu uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a gestão da crise pelo Governo Federal e desempenhou um destacado papel nessa resposta.

A CPI reuniu atores de todo o espectro político e foi fundamental na documentação de quase dois anos de má conduta federal. Essa iniciativa legislativa evoluiu para uma coalizão multissetorial mais ampla, marcada por um forte alinhamento com forças extraparlamentares, incluindo iniciativas lançadas por organizações da sociedade civil e grandes meios de comunicação. Um exemplo foi o Consórcio de Veículos de Imprensa, que monitorou de forma independente os dados da pandemia e promoveu uma campanha precoce a favor da vacinação. Também remodelou o panorama político antes das eleições de 2022, proporcionando uma plataforma para o escrutínio público e a mobilização da oposição. Portanto, a pandemia tornou-se um momento de aprendizado coletivo, obrigando as instituições, a sociedade e os meios de comunicação a se confrontarem com as realidades do governo de extrema direita. Ela lançou as bases para alianças intersetoriais e contraestratégias mais coerentes, que se tornariam cruciais em crises posteriores.

(ii) A eleição presidencial de 2022: contestar o poder e proteger as instituições

O segundo ponto de inflexão ocorreu durante as eleições presidenciais de 2022. Bolsonaro se aproveitou de sua posição como presidente para ampliar seu apelo eleitoral, introduzindo programas sociais direcionados e mecanismos de orçamento discricionário, como o «orçamento secreto», para garantir o apoio legislativo e eleitoral (Tanscheit e Barbosa 2023). Sua campanha foi ancorada pela influente coalizão «Bíblia, Boi e Bala», que consistentemente obteve cerca de 30% do eleitorado. Em paralelo a essa mobilização, Bolsonaro intensificou os ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF) e a outras instituições, alegando repetidamente fraude eleitoral e parcialidade judicial. Essas alegações infundadas visavam deslegitimar seu oponente, Luiz Inácio Lula da Silva, e sugerir que a derrota eleitoral

não seria aceita. Durante esse período, líderes e partidos políticos desempenharam um papel central na formação de uma ampla coalizão pró-democracia que transcendia as divisões ideológicas tradicionais. Simultaneamente, o Poder Judiciário – em particular o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o STF – atuou de forma decisiva para salvaguardar a integridade do processo eleitoral, combatendo a desinformação e garantindo a estabilidade institucional. Os esforços coordenados de atores partidários e judiciais, apoiados pela sociedade civil e pela mídia, foram essenciais para defender as normas democráticas e manter a legitimidade eleitoral contra um presidente em exercício que as solapava ativamente.

(iii) Os ataques de 8 de janeiro de 2023 em Brasília: um ponto de ruptura

A crise mais aguda ocorreu em 8 de janeiro de 2023, poucos dias após a posse de Lula. Incitados por meses de desinformação e retórica antidemocrática, milhares de apoiadores de Bolsonaro invadiram e vandalizaram o Congresso, o STF e o Palácio da Alvorada, em um episódio semelhante à insurreição de 6 de janeiro de 2021 nos Estados Unidos. A recusa de Bolsonaro em reconhecer a derrota, sua partida abrupta do Brasil dias antes do fim do mandato e sua ausência na cerimônia formal de transição de poder (simbolizada pela recusa em entregar a faixa presidencial) tinham como objetivo sinalizar a seus apoiadores que a eleição havia sido «roubada». Imediatamente após o ocorrido, porém, o Executivo agiu com notável rapidez para restabelecer a ordem, retomar o controle da capital federal e garantir a continuidade institucional. O Judiciário, em particular o STF e a Polícia Federal, assumiu então um papel mais proeminente, liderando investigações e processos e assegurando a condenação dos envolvidos nos ataques. Após a condenação de Bolsonaro, novas tentativas no Congresso de conceder anistia a ele e seus aliados desencadearam uma intensa mobilização social; organizações da sociedade civil exerceram uma pressão decisiva, que acabou forçando os legisladores a recuarem e a respeitarem o devido processo legal. Em conjunto, essas ações demonstraram uma abordagem dual para a defesa da democracia, tanto reativa como proativa.

Então, o que funciona e o que não funciona? Lições do Brasil

Embora inicialmente fragmentadas, as forças democráticas do Brasil se uniram em torno de processos de demarcação e confronto, especialmente quando a acomodação se mostrou politicamente custosa. Os atores parlamentares (especialmente partidos políticos e coalizões legislativas) lideraram a resposta durante a pandemia e as eleições de 2022, desempenhando um papel central na construção de alianças antiautoritárias. Com o tempo, atores extraparlamentares, incluindo a sociedade civil, a mídia e as instituições judiciais, complementaram e reforçaram cada vez mais esses

esforços. Após as eleições de 2022 e os ataques de 8 de janeiro, esses atores não estatais assumiram um papel mais destacado, refletindo uma mudança no locus da autodefesa democrática – da política formal à mobilização social mais ampla.

A experiência brasileira demonstra que respostas eficazes à extrema direita exigem coordenação entre diferentes instituições, planejamento estratégico e disposição para confrontar diretamente as tendências autoritárias. Sugere também que medidas proativas, baseadas na educação democrática, na formação de coalizões e na reforma institucional, são essenciais para evitar o retrocesso democrático.

Em conjunto, esses três momentos – o negacionismo da pandemia, a deslegitimação eleitoral e a insurreição de 8 de janeiro – desencadearam um processo gradual, porém significativo, de aprendizado político no Brasil. Catalisaram a cooperação entre atores institucionais e extra-institucionais, incluindo partidos políticos, Judiciário, sociedade civil e imprensa. Com o tempo, esses atores passaram de respostas fragmentadas e reativas a uma defesa mais coordenada e proativa das instituições democráticas.

O caso brasileiro demonstra que enfrentar o autoritarismo de extrema direita, especialmente após este chegar ao poder, exige mais do que uma oposição baseada em princípios. São necessárias coalizões adaptáveis e intersetoriais que consigam responder às ameaças em constante evolução, mantendo a legitimidade democrática.

No entanto, a extrema direita brasileira continua sendo uma força política poderosa e organizada, capaz de influenciar o debate público e as agendas políticas. Essa presença persistente ressalta a necessidade de vigilância contínua e engajamento democrático constante.

Enfrentar a extrema direita é uma responsabilidade social que exige ação coordenada entre múltiplos atores democráticos. Requer um compromisso multifacetado e de longo prazo, que combine liderança política pautada por princípios, fortes salvaguardas institucionais, engajamento ativo da sociedade civil e estratégias culturais criativas. Somente por meio dessa resistência abrangente, de cima para baixo e de baixo para cima, as democracias liberais poderão resistir à ameaça persistente da extrema direita e preservar as normas democráticas nos próximos anos.

Bibliografia

- Art, David.** 2011. *Inside the Radical Right: The Development of Anti-Immigrant Parties in Western Europe.* Cambridge University Press.
- Bale, Tim, Christoffer Green-Pedersen, André A Krouwel, Kurt Richard Luther e Nick Sitter.** 2010. «If You Can't Beat Them, Join Them? Explaining Social Democratic Responses to the Challenge from the Populist Radical Right in Western Europe.» *Political Studies* 58 (3): 410–26. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2009.00783.x>.
- de Jonge, Léonie.** 2019. «The Populist Radical Right and the Media in the Benelux: Friend or Foe?» *The International Journal of Press/Politics* 24 (2), 189–209. <https://doi.org/10.1177/1940161218821098>.
- de Jonge, Léonie.** 2021a. *The Success and Failure of Right-Wing Populist Parties in the Benelux Countries.* Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003049258>.
- de Jonge, Léonie.** 2021b. «The Curious Case of Belgium: Why Is There No Right-Wing Populism in Wallonia?» *Government and Opposition* 56 (4): 598–614. <https://doi.org/10.1017/gov.2020.8>.
- Heinze, Anna-Sophie.** 2018. «Strategies of Mainstream Parties towards Their Right-Wing Populist Challengers: Denmark, Norway, Sweden and Finland in Comparison.» *West European Politics* 41 (2): 287–309. <https://doi.org/10.1080/01402382.2017.1389440>.
- Heinze, Anna-Sophie.** 2022. «Dealing with the Populist Radical Right in Parliament: Mainstream Party Responses toward the Alternative for Germany.» *European Political Science Review* 14 (3): 333–50. <https://doi.org/10.1017/S1755773922000108>.
- Krause, Werner, Denis Cohen, e Tarik Abou-Chadi.** 2023. «Does Accommodation Work? Mainstream Party Strategies and the Success of Radical Right Parties.» *Political Science Research and Methods* 11 (1): 172–79. <https://doi.org/10.1017/psrm.2022.8>.
- Minkenberg, Michael.** 2013. «From Pariah to Policy-Maker? The Radical Right in Europe, West and East: Between Margin and Mainstream.» *Journal of Contemporary European Studies* 21 (1): 5–24. <https://doi.org/10.1080/14782804.2013.766473>.
- Mudde, Cas.** 2019. *The Far Right Today.* Polity.
- Ramalingam, Vindhya.** 2014. *On the Front Line: A Guide to Countering Far right Extremism.* Institute for Strategic Dialogue. <https://www.tandis.odihr.pl/bitstream/20.500.12389/21928/1/08096.pdf>.
- Rocha, Camila.** 2021. *Menos Marx, mais Mises: O liberalismo e a nova direita no Brasil.* São Paulo: Todavia.
- Santos, Fabiano, e Talita Tanscheit.** 2019. «Quando velhos atores saem de cena. A ascensão da nova direita política no Brasil.» *Colombia Internacional* 99: 151–86. <https://doi.org/10.7440/colombiaint99.2019.06>.
- Tanscheit, Talita, e Pedro Barbosa.** 2023. «A Battle of Two Presidents: Lula Vs. Bolsonaro in the Brazilian Elections of 2022.» *Revista de Ciencia Política* 43(2): 167–91. <http://dx.doi.org/10.4067/s0718-090x2023005000111>.
- Van Spanje, Joost, e Nan Dirk De Graaf.** 2018. «How Established Parties Reduce Other Parties' Electoral Support: The Strategy of Parrotting the Pariah.» *West European Politics* 41 (1): 1–27. <https://doi.org/10.1080/01402382.2017.1332328>.

Sobre as autoras

Talita Sao Thiago Tanscheit é professora do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e pesquisadora associada no Laboratório para o Estudo da Ultradireita (Ultra-Lab). É Chair do Steering Committee do Standing Group on Latin American Politics do European Consortium for Political Research (ECPR). Sua principal área de pesquisa é a política comparada, especialmente em questões relacionadas a partidos políticos e democracias na América Latina.

talitastt@puc-rio.br

Léonie de Jonge é professora de Pesquisa sobre Extremismo de Extrema Direita no Instituto de Pesquisa sobre Extremismo de Extrema Direita (IRex) da Universidade de Tubinga, onde ocupa a cátedra de ciência política com foco em atores e ideologias políticas de extrema direita. Estudou ciência política e relações internacionais nos Estados Unidos e no Reino Unido, obtendo seu doutorado pela Universidade de Cambridge em 2019. Sua tese de doutorado examinou o sucesso e o fracasso de partidos populistas de extrema direita nos países do Benelux. Após o doutorado, trabalhou até 2024 como professora assistente de Política e Sociedade Europeias na Universidade de Groningen, na Holanda, onde também foi pesquisadora associada do Centro de Documentação de Partidos Políticos Holandeses. Sua pesquisa atual examina a ascensão e a normalização da extrema direita, assim como as respostas sociais e políticas a ela.

leonie.de-jonge@uni-tuebingen.de

Sobre Expedições Democráticas

Este ensaio baseia-se no artigo apresentado pelas autoras no workshop [Contesting the Far Right, Safeguarding Democracy: Comparative Insights from Europe and Latin America](#). Organizado por [Daphne Halikiopoulou](#) (Universidade de York, Reino Unido) e [Carlos Meléndez](#) (Instituto da Democracia da Universidade Centro-Europeia [CEU], Budapeste), o workshop foi realizado no Instituto da Democracia da CEU, em Budapeste, em 22 e 23 de setembro de 2025. Foi a segunda edição das Expedições Democráticas, uma série de workshops internacionais de pesquisa, cuidadosamente elaborados e com acesso aberto, que visam jogar luz sobre questões pouco exploradas relativas a crises democráticas e lutas pela democratização. A iniciativa é uma parceria entre o Escritório Regional da Fundação Friedrich Ebert para a Democracia do Futuro, em Viena, o Instituto da Democracia da CEU e o Departamento de Ciência Política da CEU.

Impressão

Publicado por

Friedrich-Ebert-Stiftung e.V.
Godesberger Allee 149
53175 Bonn, Alemanha
info@fes.de

Departamento responsável

FES Regional Office for International Cooperation
Democracy of the Future
Reichsratsstr. 13/5
A-1010 Vienna

Contato

Filip Milačić
filip.milacic@fes.de

Tradução

Eduardo Szklarz

Design

pertext | www.pertext.de

As opiniões expressas nesta publicação não são necessariamente as da Fundação Friedrich Ebert (FES) ou da organização para a qual o autor trabalha. O uso comercial de materiais publicados pela FES não é permitido sem o consentimento por escrito da FES. As publicações da FES não podem ser utilizadas para fins eleitorais.

Novembro 2025

© Friedrich-Ebert-Stiftung e.V.

Outras publicações da Friedrich-Ebert-Stiftung estão disponíveis em:

www.fes.de/publikationen



FES Regional Office for
International Cooperation

